

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei Federal nº 13.866, de 26 de agosto de 2019</u>	Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, para tratar do sigilo das denúncias formuladas ao Tribunal de Contas da União.
<u>Medida Provisória nº 893, de 19 de agosto de 2019</u>	Transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira.
<u>Decreto Federal nº 9.905, de 08 de julho de 2019</u>	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural.
<u>Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019</u>	Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.
<u>Decreto Federal nº 9.663, de 01 de janeiro de 2019</u>	Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf
<u>Decreto Federal nº 9.511, de 26 de setembro de 2018</u>	Altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências
<u>Medida Provisória nº 845, de 20 de julho de 2018</u>	Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.
<u>Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018</u>	Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Decreto Federal nº 9.441, de 04 de julho de 2018</u>	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
<u>Medida Provisória nº 842, de 22 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e revoga dispositivos da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018
<u>Medida Provisória nº 842, de 22 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, e revoga dispositivos da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018.
<u>Lei Federal nº 13.682, de 19 de junho de 2018</u>	Altera as Leis nos 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e 10.260, de 12 de julho de 2001, as Medidas Provisórias nos 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para modificar a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos de Fundos Constitucionais de Financiamento e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores; e revoga dispositivos da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. Parcialmente vetada.
<u>Decreto Federal nº 9.403, de 07 de junho de 2018</u>	Regulamenta a Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.
<u>Lei Federal nº 13.672, de 5 de junho de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Parcialmente vetado.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Lei Federal nº 13.671, de 5 de junho de 2018</u>	Altera o Anexo V à Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.
<u>Medida Provisória nº 830, de 21 de maio de 2018</u>	Extingue o Fundo Soberano do Brasil, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil.
<u>Lei Federal nº 13.661, de 08 de maio de 2018</u>	Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).
<u>Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018</u>	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica (ações decorrentes da intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na área de Segurança Pública).
<u>Decreto Federal nº 9.109, de 27 de julho de 2017</u>	Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
<u>Medida Provisória nº 784, de 07 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Decreto Federal nº 9.056, de 24 de maio de 2017</u>	Regulamenta a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
<u>Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017</u>	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.
<u>Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016</u>	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
<u>Medida provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.
<u>Lei nº Federal 13.332, de 01 de setembro 2016</u>	Altera a Lei no 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
<u>Medida Provisória nº 736, de 29 de junho de 2016</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00, para o fim que especifica.
<u>Medida Provisória nº 734, de 21 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014</u>	Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.
<u>Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015</u>	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nos 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Mensagem de veto
<u>Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011</u>	Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei no 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências.
<u>Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</u>	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
<u>Decreto Federal 3.149, de 28 de abril de 1980</u>	Regulamenta o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública.
<u>Decreto Federal nº 3.147, de 28 de abril de 1980</u>	Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 8.508, de 04 de setembro de 2019</u>	Dispõe sobre a elaboração e a publicação do orçamento do idoso.
<u>Lei Estadual nº 8.502, de 30 de agosto de 2019</u>	Dispõe sobre a transação e o parcelamento de débitos fiscais dos devedores em recuperação judicial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8445, de 03 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre a exigência de metas fiscais orçamentárias anuais de desempenho para a avaliação dos programas de incentivos fiscais e financeiros fiscais no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8391, de 07 de maio de 2019</u>	Altera os artigos 3º e 7º-b da Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela Lei n.º 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8332, de 29 de março de 2019</u>	Cria o fundo estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres.
<u>Lei Estadual nº 8272, de 27 de dezembro de 2018</u>	Altera a data de validade prevista no art. 2º da Lei nº 7.483, de 08 novembro de 2016, alterada pela Lei 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8187, de 30 de novembro de 2018</u>	Altera a Lei nº 7.941, de 20 de abril de 2018, que autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com a garantia da união e dá outras providências.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Lei Estadual nº 8095, de 10 de setembro de 2018</u>	Altera o art. 2º e o anexo I da Lei nº 7.947, de 03 de maio de 2018, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.047, de 05 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre a criação de ação orçamentária e abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.055, de 19 de julho de 2018</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2019 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7947, de 03 de maio de 2018</u>	Dispõe sobre a criação de unidade orçamentária, e abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.940 de 17 de abril de 2018</u>	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a garantia da União e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.898, de 7 de março de 2018</u>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7844, de 10 de janeiro de 2018</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018.
<u>Lei Estadual nº 7843, de 10 de janeiro de 2018</u>	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016.
<u>Lei Estadual nº 7659, de 24 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que institui o fundo estadual de equilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7652, de 19 de julho de 2017</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2018 e dá outras providências.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Lei Estadual nº 7629 de 09 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7593, de 23 de maio de 2017</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que "institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7514, de 17 de janeiro de 2017</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2017.
<u>Lei n.º 5.182, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2008.
<u>Lei nº 5.181, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estabelece o plano plurianual do estado do Rio de Janeiro PPA/RJ para o período de 2008/2011.
<u>Decreto nº 41.126 de 09 de janeiro de 2008</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias, e dá outras providências.
<u>Lei nº 5.066 de 09 de julho de 2007</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2008 e dá outras providências.
<u>Lei nº 4.977, de 29 de dezembro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2007.
<u>Decreto Estadual 38.862, de 16 de fevereiro de 2006</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias.
<u>Lei n.º 4.699, de 04 de janeiro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2006.

Direito Financeiro

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 06.02.2020

<u>Lei n.º 4.577, de 12 de julho de 2005</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2006 e dá outras providências.
Decreto 35.021, de 19 de março de 2004	Aprova a classificação e a codificação de receitas e despesas orçamentárias.
<u>Lei n.º 4.258, de 29 de dezembro de 2003</u>	Dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2004/2007.
<u>Decreto nº 2.7821 de 30 de janeiro de 2001</u>	Regulamenta o artigo 92 da lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, alterada pela lei nº 3506, de 13 de dezembro de 2000 e dá outras providências.
<u>Lei nº 3.506, de 13 de dezembro de 2000</u>	Altera dispositivos da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que cuida da Liquidação da Despesa na administração estadual, e dá outras providências.
<u>Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979</u>	Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Decreto-lei nº 153, de 30 de junho de 1975</u>	Autoriza o município do Rio de Janeiro a contrair empréstimo, até o valor de Cr\$ 300.000.000,00, junto a agências oficiais de crédito do país e dá outras providências.
<u>Lei no 4.320, de 17 de março de 1964</u>	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.ius.br